

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão

Deputada Isabel Meireles

S. Bento, 8 de junho de 2021

Assunto: Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o corte de apoios de combate à pobreza.

A pandemia Covid-19 deu origem a uma crise que obrigou à tomada de medidas económicas e de proteção social. Perante a necessidade de superar o contexto de desproteção de vastos setores de trabalhadores em situação precária, o Governo implementou um conjunto de medidas extraordinárias para acudir à necessidade de centenas de milhares de pessoas que se viram subitamente com forte quebra ou mesmo sem rendimentos,.

A crise económica e social que se instalou mostrou as lacunas profundas do nosso sistema de proteção social, em que os desempregados são o grupo mais exposto à pobreza. Apesar de a pandemia não ter acabado e de haver até novas razões de apreensão por causa do aumento de preços, há apoios extraordinários, como o Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores, que foram descontinuados no primeiro trimestre deste ano.

O Bloco de Esquerda, em sede de discussão do Orçamento do Estado para 2022, apresentou uma proposta com o objetivo de garantir que, excecionalmente não se aplicariam os prazos definidos para acesso e entrega dos requerimentos junto da Segurança Social para atribuição do

Rendimento Social de Inserção e Apoio aos Desempregados de Longa Duração a quem beneficiou, em 2021 e 2022, do apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores. Esta proposta foi rejeitada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata. A muitas destas pessoas, durante os meses em que ficam sem qualquer prestação social, por estarem no período de carência, resta apenas o apoio alimentar.

Hoje foi tornado público que o Instituto da Segurança Social (ISS) deu indicações, no dia 20 de maio, aos Diretores de todo o país para que, no âmbito do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), o número de beneficiários seja reduzido de 120 mil para 90 mil. Esta redução é administrativa, porque na prática existem famílias em lista de espera para aceder a este apoio alimentar, uma vez que a plataforma não permite a inscrição de mais pedidos.

A invocação da “evolução favorável da situação epidemiológica no nosso país e a progressiva normalidade em geral” – feitas no ofício pelo ISS e publicadas no Jornal de Notícias – não tornam subitamente desnecessária uma proteção e um apoio que passa a não existir, depois de várias medidas extraordinárias terem sido sucessivamente retiradas pelo Governo. Estão em causa situações de pobreza extrema que ficam assim desprotegidas.

Num momento em que a inflação atinge níveis a que não assistíamos desde 1993, em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para uma taxa de inflação de 8%, na primeira estimativa relativa ao mês de maio, à qual está associada um aumento dos preços e uma perda real de poder de compra é inaceitável que o Governo adote medidas para desproteger quem mais precisa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Moura Soeiro